

CORSI, Jorge José Queiroz – Reflexões sobre a transição do fordismo para o modelo de acumulação flexível. Desvalorização do trabalho e generalização da precariedade na era da Globalização Financeira. *Configurações: Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 34 (2024) 127-146. ISSN 2182-7419.

## **REFLEXÕES SOBRE A TRANSIÇÃO DO FORDISMO PARA O MODELO DE ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL. DESVALORIZAÇÃO DO TRABALHO E GENERALIZAÇÃO DA PRECARIEDADE NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA**

JORGE JOSÉ QUEIROZ CORSI\*

Bolseiro de Doutoramento do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP)

### **Resumo**

Este artigo teórico aborda os impactos da desregulamentação neoliberal e da generalização da precariedade nas relações laborais e na vida dos trabalhadores em sociedades capitalistas avançadas. Analisando a transição do fordismo para o modelo flexível e a consolidação do neoliberalismo, identificamos um intenso período de mercantilização e desvalorização do trabalho, com novas estratégias de acumulação de capital, que organizam a vida social por meio da racionalidade neoliberal, expansão dos mercados, desregulamentações e a culturalização da precariedade. Verificamos que este cenário promove o aumento do desempenho, cansaço, incerteza e insegurança, cristalizando a precariedade no trabalho e nos modos de vida das classes trabalhadoras.

**Palavras-chave:** Neoliberalismo, Precariedade, Desvalorização do trabalho, Globalização financeira, Flexibilização

### **Abstract**

**Reflections on the transition from fordism to flexible accumulation.**

**Devaluation of labor and generalization of precarity in the era of Financial Globalization**

This article addresses the impacts of neoliberal deregulation and the widespread precarity in labour relations and the lives of workers in advanced capitalist societies. By analysing the transition from Fordism to flexible accumulation and the consolidation of neoliberalism,

\* E-mail: [jorge.corsi92@gmail.com](mailto:jorge.corsi92@gmail.com) | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-4655-379X>

it is possible to identify an intense period of commodification and devaluation of labour, with new strategies for capital accumulation that organize social life through neoliberal rationality, market expansion, deregulation, and the culturalization of precarity. It is shown that this scenario promotes increased performance, fatigue, uncertainty, and insecurity, crystallizing precarity in both the work and the lifestyles of the working classes.

**Keywords:** Neoliberalism, Precarity, Devaluation of labour, Financial globalization, Flexibilization

## Résumé

### Réflexions sur la transition du fordisme vers l'accumulation flexible.

#### La dévalorisation du travail et la généralisation de la précarité à l'ère de la globalisation financière

Cet article théorique aborde les impacts de la déréglementation néolibérale et de la généralisation de la précarité sur les relations de travail et la vie des travailleurs dans les sociétés capitalistes avancées. En analysant la transition du fordisme vers l'accumulation flexible et la consolidation du néolibéralisme, une période intense de marchandisation et de dévalorisation du travail est identifiée, avec de nouvelles stratégies d'accumulation de capital, organisant la vie sociale à travers la rationalité néolibérale, l'expansion du marché, la déréglementation et la culturalisation de la précarité. Nous pouvons constater que ce scénario favorise l'augmentation des performances, la fatigue, l'incertitude et l'insécurité, cristallisant la précarité dans le travail et les modes de vie des classes ouvrières.

**Mots-clés:** Néolibéralisme, Précarité, Dévalorisation du travail, Mondialisation financière, Flexibilisation

## Introdução

A partir da década de 1970, o colapso do modelo fordista e o fim do pacto social orientado pelas teorias keynesianas de intervenção estatal deram lugar ao emergente cenário do capitalismo financeiro globalizado. Este período testemunhou um aumento significativo da desvalorização do trabalho, mobilizada pelos programas de desregulação e flexibilização neoliberal. Na prática, significou a intensificação dos ritmos, a degradação das condições e dos processos de trabalho, a redução da proteção do trabalhador contra o despedimento, a redução dos benefícios no emprego e desemprego, a descentralização e exclusão dos sindicatos das negociações salariais e dos direitos trabalhistas, a multiplicação de contratos precários e o aumento da rotatividade no emprego. Defendemos que esse conjunto de transformações contribuem para a emergência de uma formação social precária (Braga, 2012, 2016). Nesse cenário, a precariedade dos modos de vida e do trabalho aparecem como vértice do modelo de acumulação flexível, servem ao controle e à disciplinarização dos trabalhadores, dinamizados por um novo tipo de modo de dominação, estabelecido através da generalização da insegurança e

da concorrência, subjugando e domesticando os trabalhadores à obediência e à exploração (Bourdieu, 1998).

Sob essa perspectiva, este artigo adentra no campo das abordagens mais críticas sobre os impactos da precariedade em diversas esferas da vida social (Carmo, 2020), não reduzindo a precariedade à relação contratual e salarial, portanto, em contraposição às teorias do precariado de Standing (2014) e Castel (1998, 2009), defendemos que a precarização do trabalho e dos modos de vida, a culturalização da precariedade, se constitui como um dos pilares do processo de mercantilização do trabalho e de reprodução do capitalismo na era da financeirização. Inserimos o precariado como fração da classe trabalhadora, como parte constitutiva do modelo de exploração dos subalternos. O que nos leva a ressaltar a dimensão histórica e relacional da precariedade, entendemos, portanto, que a precariedade está generalizada no mundo do trabalho e nos modos de vida, afetando todas as frações das classes trabalhadoras (Braga, 2016).

Na primeira parte do artigo, a nossa abordagem teórica tem como ponto de partida a compreensão de como o modelo fordista de produção deu origem a estratégias de disciplina e domesticação do trabalhador, que transcendem o âmbito puramente laboral. O modelo fordista para além de um modo de produção, forjou um pacto social, usando sem escrúpulos o poder da propaganda para criar uma sociedade de consumo em massa, criando um “homem em massa” (Gramsci, 2017). No decorrer do artigo seguimos com o foco na abordagem cultural, com o fim de compreender os mecanismos de dominação que surgem com a transição para cultura pós-moderna e a afirmação do modelo flexível, na fase avançada do capitalismo multinacional. Apresentamos de que forma esse modelo moldou indivíduos em consumidores singularizados e em empreendedores de si mesmos, num contexto de estetização da realidade, caracterizada por uma hiper-realidade, um estado em que a distinção entre o real e o simulado se torna tão difusa que é difícil ou impossível discernir o que é autêntico daquilo que é uma representação mediática. Nesse cenário, a razão instrumental opera na auto dominação dos indivíduos, acelerando o processo de atomização e coisificação das relações humanas, determinando o distanciamento do outro diferente e o mascaramento do trabalho vivo em mercadoria, ou seja, tornando o trabalho vivo em trabalho morto, atomizando os indivíduos e coisificando suas relações (Jameson, 1991, Harvey, 1992) – um prelúdio do processo de dominação da racionalidade neoliberal, mobilizada através da multiplicação das situações de concorrência, expansão da racionalidade de mercado e generalização da forma empresa (Braga, 2016; Dardot & Laval,

2016).

Concomitantemente, apresentamos as principais inovações organizacionais e as estratégias disciplinares emergentes na transição do fordismo para o modelo flexível. Definimos como essas inovações tecnológicas e organizacionais visam à desvalorização do trabalho vivo, à adaptação e flexibilidade dos trabalhadores, ajustando os processos de trabalho e o trabalhador às crises financeiras, ao mesmo tempo, que aumentam a velocidade de circulação de capitais por meio da intensificação dos processos de trabalho. Estas inovações incluem a aceleração de processos físicos, como na indústria química, genética e robótica; a transição da produção em linha de montagem do modelo vertical fordista para o modelo *just in time* toyotista, bem como a terceirização; o amplo aparato hierárquico de fiscalização, abrangendo aspectos algorítmicos e pessoais de vigilância, e a prática da obsolescência programada, que está ligada à intensificação da propaganda e da moda.

Portanto, identificamos várias estratégias, tanto velhas quanto novas, que visam aumentar a produtividade e o lucro através da desvalorização do trabalho vivo, enquanto mercadoria e como produtor de mercadorias, a partir dos modelos de organização da empresa capitalista na sua fase multinacional flexível. Nesse contexto, concluímos que o trabalhador precarizado emerge como uma parte vulnerável da classe trabalhadora, posicionado nas margens entre o desemprego, a informalidade e o trabalho árduo, enfrentando constantemente o risco de exclusão socioeconômica e a intensificação da exploração no mercado de trabalho (Braga, 2012, 2016).

### **1. Disciplina, Organização e Desvalorização do Trabalho – do Modelo Fordista ao Modelo Flexível, a gênese do processo de precarização**

A divisão do trabalho na fábrica envolve um conjunto de normas, disciplinas e programas destinados a regular o comportamento e as emoções dos trabalhadores. Esse processo de domesticação dos trabalhadores é uma característica distintiva do sistema de produção industrial e está intrinsecamente ligado à organização do trabalho nas fábricas. No modelo fordista, inspirado pelos princípios de administração do taylorismo, essa disciplina atingiu um nível de controle e domesticação que se estendia para além do espaço fabril.

Nesse sentido, podemos considerar a fábrica fordista como uma das primeiras instituições empresariais a estender as estratégias de dominação e organização do espaço de trabalho para a esfera familiar e comunitária.

Esse modelo trouxe uma nova dimensão à luta entre capital e trabalho, à medida que a empresa passou a organizar, diretamente e sem reservas, o estilo de vida dos trabalhadores – função anteriormente relegada à igreja e, principalmente, à educação do Estado.

Devemos notar que as estratégias de dominação e modulação moral são componentes essenciais dos mecanismos de organização do espaço de trabalho, segundo Therborn (1976) o local de trabalho é um dos espaços sociais fundamentais de inculcação da hierarquia e disciplina que rege a reprodução social, tanto da organização do trabalho como dos modos de vida. É, assim, por excelência, um espaço de formação-modelação dos sujeitos para ocupar os lugares de classe. Nesse cenário, o capital tende a expandir o seu domínio e controle sobre todas as esferas da vida social – a fim de dominar territórios e controlar os meios de extração, produção e distribuição de riquezas, incluindo o trabalho. Uma das estratégias mais impactantes do Fordismo foi o uso da dominação moral, articulado pelo Departamento Sociológico e as Relações Públicas, que se desenvolveu na produção em massa e na promoção do consumo de massas (Gramsci, 2017).

John Kenneth Galbraith ressalta que Henry Ford foi um dos primeiros a reconhecer e explorar o poder das relações públicas. Era evidente que o modelo de produção em massa necessitava da criação de um consumidor em massa, predisposto a consumir em grande escala. Essa predisposição para o consumo passou a ser moldada pela Organização da Cultura, com a empresa moderna a influenciar diretamente os aparelhos culturais por meio de propagandas, fazendo com que o consumo passasse a definir estilos de vida. Em suma, o modelo fordista não apenas organizou o espaço de trabalho, mas o seu pacto social, também passou a organizar de forma transparente a vida familiar e as comunidades culturais dos trabalhadores. Como pressuposto, essa nova organização da vida, ditada pelos padrões de desenvolvimento do capitalismo fordista, estava longe de ser democrática, como ressalta Bertolino (2023).

Com a crise do fordismo e o fim do pacto social pós-guerra, testemunhamos um período de intensificação do modelo capitalista de acumulação, um regime caracterizado pela tensão latente entre a vida social e os imperativos do mercado. Através da implementação dos programas neoliberais de desregulamentação, flexibilização, privatização e expansão da lógica de mercado, observamos um intenso processo de mercantilização e desvalorização do trabalho (Streeck, 2018).

### **1.1. A crise do Fordismo e a Transição para o Modelo Flexível – neoliberalismo e a formação social precária**

Uma das origens da crise do modelo fordista encontra-se na dissolução do Acordo de Bretton Woods, o qual tinha estabelecido um padrão ouro-dólar para gerir o comércio mundial. A criação do Acordo de Bretton Woods, em 1944, foi crucial para estabelecer um novo sistema financeiro global após a Segunda Guerra Mundial. Três instituições surgiram a partir desse acordo: o FMI para assistência financeira e estabilidade cambial; o BIRD, hoje Banco Mundial; e a OIC que se transformou na OMC. Ressalto a criação dessas três instituições devido à continuidade do seu poder na gestão da globalização com a transição para o modelo flexível e a consolidação do neoliberalismo.

O acordo de Bretton Woods ruiu com a crise de superprodução americana, que passava por uma maré inflacionária, gerando a impossibilidade da conversibilidade de dólares em ouro. Com a falência do acordo de Bretton Woods, surge “um sistema global de taxas de câmbio flutuantes” (Harvey, 1992, p. 267), gerando uma reestruturação de toda a economia global para um modelo flexível de circulação de mercadorias e, sobretudo, de capitais financeiros - um sistema global com fluxos exorbitantes de dinheiro de crédito, um antivolor<sup>1</sup> – o que vai gerar, inclusive, uma crise da dívida externa nos países da periferia global, especialmente na América Latina, aumentando a condição de dependência.

Nesse contexto de crise, o capitalismo enfrentou uma desaceleração nos ganhos de produtividade. Uma resposta do capitalismo foi a financeirização (preferência pela riqueza velha) e a internacionalização da produção (deslocalização), onde as corporações passam a construir as suas plantas industriais em regiões com mão de obra mais barata. Marcando a intensificação da globalização económica na procura de novos mercados e na liberalização das leis de comércio internacional – modelo sedimentado pela desregulação e desinstitucionalização<sup>2</sup> das economias nacionais – por outras palavras, verificamos o assentamento do capitalismo avançado multinacional (Jameson, 1991), o império do antivolor, a era do capital financeiro. Nesse contexto, as forças de reprodução do capital procuram distanciar-se o

1 “A loucura da razão económica é dissimulada pelas formas fetichistas em que o dinheiro aparece como se tivesse o poder mágico de criar incessantemente mais dinheiro. Coloco meu dinheiro na poupança e ele aumenta exponencialmente, sem que eu precise fazer mais nada” (Harvey, 2019, p.191).

2 Podemos definir o processo de desinstitucionalização como a transferência de responsabilidades do Estado para o setor privado, no campo de setores sociais estratégicos e essenciais para o desenvolvimento humano, como é o caso da privatização de setores de produção de energia, saneamento, transportes ou, de forma mais subtil, a diminuição em investimentos públicos em determinadas áreas, como habitação, saúde, ciência e educação, a fim de dar abertura para o crescimento do mercado privado (Barata e Carmo, 2017).

máximo possível do trabalho produtivo, potencializando a pulverização do tecido empresarial, o crescimento do setor de serviços e a expansão de uma economia de plataformas digitais e de trabalho temporário - resultando numa economia com pouco crescimento e caracterizada pelo desemprego estrutural, com taxas insuficientes de emprego e renda (Rodrigues, 2022). Demonstrando como as leis de circulação do capital impactam a vida de pessoas comuns.

Para Harvey (1992), esse período, 1971-1973, marca a transição para um novo regime de acumulação capaz de conter as contradições das crises cíclicas, a instabilidade das relações de classe e sua regulação institucional, assim como o problema de circulação do capital e a taxa decrescente de lucro, inerentes ao capitalismo. A transição para esse novo modelo de acumulação pós-fordista desenvolve-se no bojo de uma viragem de acumulação produtiva para um ciclo de acumulação financeira do capital. Dessa forma, as organizações de trabalho e emprego, os trabalhadores, as leis de proteção alfandegária e as instituições tradicionais dos Estados-nação, o aparato de proteção social e de desenvolvimento nacional deveriam adaptar-se, ou melhor, flexibilizar-se conforme a volatilidade dos sistemas financeiros – em termos políticos e ideológicos, falamos na ascensão do programa de desregulamentação neoliberal, que tem a sua cartilha apostilada no Consenso de Washington<sup>3</sup>. A partir dos anos 1970<sup>4</sup>, a hegemonia dos EUA e a crise global levaram a um cenário de aplicação do programa neoliberal de desregulamentação, austeridade e flexibilização, que serviu como luva para a circulação e acumulação do capital financeiro internacional – a sua primeira experiência ocorre no golpe à democracia chilena em 1973, com a implementação da doutrina de choque ultraliberal através da ditadura de Pinochet.

Segundo Dowbor (2018), trata-se de uma crise civilizatória impulsionada pelos desajustes espaço-temporais determinados pela globalização económica, onde as corporações e gigantes multinacionais operam em escala mundial, interferindo nas políticas sociais<sup>5</sup> e económicas de países que

3 Dentre as principais recomendações estão a disciplina fiscal, que consiste no controle rígido dos gastos públicos, a reforma tributária, que visa reduzir os impostos sobre a circulação de mercadorias e seus produtores, e a privatização das empresas estatais.

4 Esse período de transição, dos anos 1970-1990, marca a consolidação das políticas neoliberais do capitalismo financeiro globalizado, fundamentado pelas ideias hayekianas de crença na justiça pura do mercado e em sua autorregulação (Piketty, 2020).

5 O programa neoliberal de desregulamentação exerce duas funções fundamentais: a destruição do Estado Social através da desregulamentação e a flexibilização do mundo do trabalho – aumentando o direito do patronato e diminuindo os direitos dos trabalhadores, subordinando a economia e a sociedade aos mercados. Constituindo um cenário de precariedade, situação que se agrava em países como Portugal, caracterizados com a fraca institucionalização das formas de resolução dos conflitos no trabalho, o bloqueamento

ainda se mantém em estruturas de poder nacional, impotentes em relação ao poder dos fluxos económicos. “Esse sistema financeiro foi o que permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporal da acumulação capitalista” (Harvey, 1992, p. 181).

No mundo do trabalho e do emprego, nas suas localidades regionais e comunitárias, a desregulação e flexibilização das condições de trabalho surgem como ferramenta de domesticação dos trabalhadores, sendo um principal fator para o aumento e a manutenção dos lucros frente às ondas de desestabilização e crises do sistema financeiro globalizado – verificamos a gênese de uma formação social precária.

Para compreender melhor as novas formas de dominação e controle do trabalho no âmbito da empresa, será preciso identificar os principais tipos de evoluções tecnológicas e relações de trabalho impostas pelos padrões do modelo flexível de produção, com sua roupagem político-ideológica da desregulação e flexibilização neoliberal.

## **1.2. Modelo Flexível, Relações de Trabalho e Neoliberalismo**

Na transição do fordismo para o modelo flexível, verificamos um aumento abrupto na compressão do tempo e do espaço envolvidos nas atividades produtivas, i.e., a introdução de novas formas organizacionais do trabalho que se adaptaram às demandas do modelo flexível. O fator principal da compressão do espaço-tempo deste modelo de produção pode ser identificado na implementação do sistema *just-in-time* de entrega e produção de mercadorias, visando a redução de estoques, com a adoção de novas tecnologias de controle eletrónico e produção em pequenos lotes. As mercadorias passam a circular rapidamente com a incorporação de novas tecnologias de produção, especialmente nos setores da comunicação e do transporte, além da desintegração da verticalização fordista e no espraiamento de pequenos produtores em diferentes regiões do globo e na terceirização de operações produtivas, culminando no aumento da velocidade de circulação do capital. Na indústria da moda, esse modelo traduziu-se no *fast fashion*, determinando a fragmentação da indústria têxtil em pequenas oficinas de costura com trabalhadores operando num ritmo

progressivo da negociação coletiva e a manutenção de relações despóticas no cotidiano de trabalho - sinais de inadequação da flexigurança em diferentes contextos nacionais (Costa, 2009). A aplicação da cartilha neoliberal, segundo Rodrigues (2022, p. 271), leva o Estado-nação, numa perspetiva macroeconómica, a perder os seus instrumentos de política económica, acentuando a situação de dependência (enquanto semiperiferia), e deixando o país exposto a crises – no caso português resultou num país que nas duas últimas décadas combina estagnação com recessão, com períodos deficientes de crescimento.

de trabalho aumentado à *fast fashion*, muitas vezes em condições análogas à escravidão – o setor da moda é representativo da dialética do velho e do novo, à medida que novas formas de organização da empresa revitalizam modelos de produção e relações de trabalho historicamente ultrapassados.

Concomitantemente, com esse conjunto de mudanças tecnológicas, em especial na comunicação e transporte, reconstituem-se relações de trabalho e modos de produção social, que se pensavam extintas com a grande produção em escala capitalista, remetendo-nos à produção de manufatura feudal, artesanal e muitas vezes organizando os processos de trabalho através de relações paternalistas (Harvey, 1992, 175). Devemos notar o crescimento espantoso da importância do setor de serviços nas economias nacionais, setor que também favorece o paternalismo e formas de dominação do trabalho que remontam a modelos pré-capitalistas de produção que, em geral, são de baixa produção de valor e necessitam de mão de obra de baixo custo e extremamente domesticada. Nesse cenário, constatamos o crescimento exponencial dos novos assalariados no setor de serviços, abrangendo áreas como restaurantes, hotéis, supermercados e *call centers*. Este crescimento setorial está intrinsecamente ligado a um mundo do trabalho desregulado e flexível, onde a precariedade consolida-se como parte inerente do cenário laboral. Revelando a interseção entre as políticas neoliberais, a digitalização da economia e a precariedade laboral, gerando novos desafios para o movimento sindical (Antunes, 2018, Estanque *et al.*, 2018)

O processo de desindustrialização, terceirização e crescimento do setor de serviços fez-se acompanhar da pulverização do tecido empresarial, com um aumento das pequenas e médias empresas que levou ao crescimento vertiginoso do trabalho árduo, com baixas remunerações e pouca geração de valor (baixa produtividade), com o incremento da informalidade e da subcontratação. Todo esse cenário de flexibilização e inovação tecnológica vai gerar um aumento da base social do empreendedorismo, paternalismo e privatismo – concluindo em transformações na natureza e na composição da classe trabalhadora – por exemplo, modos de produção patriarcais sustentados pela mão de obra vulnerável de grupos de imigrantes, o crescimento da cultura do empreendedor, a multiplicação das situações de concorrência, a expansão da racionalidade de mercado, o trabalhador independente e a nova tendência do trabalho em plataformas digitais. Nota-se que os sistemas paternalistas estão permeados pela lógica de conflitos familiares, “da mão do padrinho que acaricia e esgana” (mas que dispõe do sentimento de segurança para o seu afilhado, o qual tende a proteger o seu

explorador dado os laços de proximidade e proteção frente a um mundo onde o emprego não garante estabilidade e o Estado já não garante proteção social). Este conjunto de fatores coaduna na formação do sujeito neoliberal que, num processo de internalização dos mecanismos concorrencias, cria novas disposições, agora balizadas pelo consumo, pela aceleração do desempenho, pela incerteza, pela insegurança e pelo cansaço. Falamos da universalização da racionalidade neoliberal, a culturalização da precariedade como motor das relações sociais (Braga, 2016; Dardot e Laval, 2016).

Contudo, quanto mais são investidas as estratégias de dominação, de aceleração, de densificação e de intensificação dos processos de trabalho, mais frequentes são as lutas entre os trabalhadores e a administração (o capital). É um *continuum* dialético de disputa entre trabalho e capital pelo controle do ritmo e do modo de operação dos processos de trabalho. Está inscrita na história da formação da classe trabalhadora a luta pelo controle das condições que condicionam as suas próprias vidas (Thompson, 1987).

A transição para o modelo de acumulação flexível trouxe uma série de consequências significativas para os trabalhadores, moldando profundamente o panorama laboral. Estes efeitos podem ser sintetizados em algumas formas situacionais de mudança no mundo do trabalho, deixo ao leitor alguns exemplos:

- Intensificação dos Processos de Trabalho: os trabalhadores enfrentaram uma intensificação e densificação das atividades laborais, exigindo maior produtividade e agilidade (adaptação dos processos e do cotidiano de trabalho à volatilidade dos mercados).
- Flexibilização das horas de trabalho e dos salários: implementação do banco de horas, diminuição dos dias de férias, trabalho por turnos repartidos, trabalho aos domingos e feriados, etc.
- Flexibilização dos contratos de trabalho: compensação dos custos potenciais de desemprego provocado por futuras mudanças de mercado, i.e., pelas crises cíclicas cada vez mais frequentes com a volatilidade dos mercados financeiros.
- Aceleração da qualificação e desqualificação profissional: à medida que as demandas de produção acompanham a aceleração do consumo propagandístico (mobilizado pela estetização da realidade), o trabalhador vive numa luta contra o tempo para realizar formação profissional. Aliás, verificamos aqui um índice da desvalorização do trabalho humano e um desequilíbrio na relação dialética trabalhador-máquina.

Defendemos que este conjunto de transformações contribuem para a precarização dos modos de vida e do trabalho (Braga, 2016). Esta metamorfose do capitalismo marca um intenso processo de mercantilização e desvalorização do trabalho, mobilizado pelos programas de desregulação e flexibilização. A insegurança, a incerteza e o cansaço aumentam, destabilizando os modos de vida e os processos de trabalho, aumentando a exploração, acelerando o desempenho e gerando um cenário de empobrecimento, desestruturação e fragmentação das classes trabalhadoras - a cristalização da precariedade, gera problemas socioeconômicos, desregula os modos de vida e de trabalho, impacta o bem-estar social e emocional dos trabalhadores, privando-os de projetar um futuro comum (Beaud e Pialoux, 2009; Carmo, 2020).

Segundo Bourdieu (1998), a precariedade representa um novo modo de dominação, instituindo um estado generalizado e permanente de insegurança para coagir os trabalhadores à submissão e aceitação da exploração – tratamos dum processo de domesticação social, de redução do poder institucional e social dos trabalhadores, que altera drasticamente a relação dos trabalhadores com o emprego, com os outros e com o tempo (Braga, 2016; Lopes *et al.*, 2017). Para Dardot e Laval (2016), os programas neoliberais expandiram a racionalidade de mercado, generalizaram a forma empresa, multiplicaram as situações de concorrência, multiplicando as estratégias relacionais e emocionais de internalização dos mecanismos concorrências e da racionalidade do mercado, criando disposições balizadas pela concorrência, pela aceleração do desempenho e pelo consumo<sup>6</sup>. Nesse sentido, verificamos uma nova forma de sujeição e, portanto, de subjetivação, organizada pela lógica financeira, do cálculo racional utilitarista, do ganho a curto prazo, que coaduna para naturalizar os mecanismos de exploração, transformando o trabalhador num empresário de si mesmo<sup>7</sup>, o qual deve

6 O tempo do capitalismo multinacional, mobilizado pela cultura pós-moderna, é um tempo do presente, com predomínio do consumo e da performance (Jameson, 1991). É um mundo focalizado para a produção de mercadorias, para o trabalho domesticado e para uma vida disciplinada pela racionalidade ultraliberal. É um tempo sem futuro, é uma declaração universal do fim de qualquer possibilidade que não seja o realismo capitalista. Desde então, quantos já não propuseram o fim da história, ou o fim das ideologias? Resta apenas a catástrofe inevitável. Este é o cenário típico do modelo filosófico e moral do capitalismo avançado, para um público sem reflexão e sem incentivos para almejar um futuro diferente (basta consumir, adorar os estilos de vida e seus ídolos) – o indivíduo em processo de atomização se depara com a realidade social e os padrões de desenvolvimento econômico como se fossem um objeto natural inexplicável, sem organização ou contexto aparente. Nesse contexto de miséria da reflexão humana e do total controle sobre possibilidades de ver o futuro, a filosofia moral do egoísmo, da competição e do utilitarismo ganha os corações e mentes no debate sobre o futuro, que se torna o presente da precariedade e da angústia.

7 O excesso de possibilidades implica um aumento do ritmo e densidade dos processos de trabalho e da reprodução da vida cotidiana (aceleração), que se materializa como autoexploração (o sujeito do desempenho como soberano de si mesmo, vive em uma cidade distópica: onde todos trabalham livremente em uma economia de plataformas digitais). Portanto, a autoexploração faz parte das estratégias de organização técnica do trabalho pelo capital, em sua fase multinacional avançada ou pós-industrial, que só pode se realizar pelas políticas

correr os riscos do mercado, deve normalizar o aumento da insegurança, da degradação e da intensificação dos processos de trabalho.

Em outras palavras, vivemos um período de espraiamento da precariedade em todas as instâncias da vida humana, um produto constante da individualização e da instabilidade da gestão flexível da formação social contemporânea (Sennett, 2015), ou seja, de instabilidade contratual e relacional, fragmentação das comunidades e desproteção (social e institucional). Nesse cenário, entendemos ser necessário atentarmos para as práticas cotidianos dos trabalhadores e das suas comunidades. Para tanto, pensamos ser essencial realizar um aprofundamento do debate cultural da nossa era, buscando estabelecer relações entre a ascensão da cultura pós-moderna com as desigualdades sociais latentes do modelo de acumulação flexível do capitalismo avançado ou multinacional<sup>8</sup> em sua forma político-ideológica: o neoliberalismo.

A organização fabril fordista gerou grandes transformações no emprego, no trabalho e na sociedade. A vida no mundo fordista passa a ser permeada pela disciplina do homem em massa, o consumo torna-se vertiginoso, e a cultura assume um papel fundamental na organização do mercado capitalista. Agora, a organização da vida e, conseqüentemente, dos desejos e dos estilos de vida passam a ser ditados pelos produtos disponíveis no mercado (mais um cenário da desincrustação<sup>9</sup> e dominação do mercado sobre a vida social). Tais aspetos de dominação da organização do emprego e de demais esferas da vida social não se limitaram com o modelo fordista. Portanto, falamos em transição e continuidades e não em rutura para o modelo flexível.

Nesse cenário, devemos ter em mente que as estratégias de organização do mundo do trabalho, do emprego e de outras esferas da vida social ganharam novos atores para além do Estado. A empresa capitalista e a sua cultura da competição, da performance intensa e da eficiência invadem e desregulam as vidas dos trabalhadores.

Segundo Barata e Carmo (2017), estamos passando por um novo processo de desincrustação da vida económica e social - processo dominado pelos intermediários financeiros do processo produtivo, que minam as

macroeconómicas do neoliberalismo: desde a flexibilização e desregulamentação do mercado de trabalho até a destruição dos mecanismos de salário indireto e proteção social do Estado de bem-estar social.

8 Mandel (1975) propõe que o capitalismo passou por três fases fundamentais: o capitalismo mercantil, a fase monopolista ou imperialista e a fase atual, que ele argumenta ser mais apropriadamente chamada de fase do capital multinacional em vez do uso ideológico do conceito pós-industrial.

9 Desincrustação, segundo Polanyi (2012), refere-se ao processo de separação do mercado das normas sociais, resultando no domínio económico sobre a sociedade. Isso ocorre devido à competição desenfreada e à busca incessante por lucro, que resultam em exploração da mão de obra, empregos precários e crescentes desigualdades económicas.

economias mundiais através dos planos de desregulamentação, flexibilização e austeridade ditados pelo Consenso de Washington, FMI, Banco Mundial, OMC e demais organismos dominados pelos interesses do mercado, beneficiando a classe favorecida pelo processo de mercantilização de todas as esferas da vida social e política.

Devemos notar que as estratégias de dominação e disciplina da organização da empresa fordista não foram completamente eliminadas. Pelo contrário, é importante ressaltar o conteúdo conceitual da transição. Basta analisar alguns conceitos básicos, como a supervisão rigorosa nas fábricas, em que inspetores e supervisores monitoravam de perto o desempenho dos trabalhadores, realizando inspeções e avaliações regulares. Essas estratégias de organização e disciplina evoluíram e se especializaram em novas formas de organização da empresa flexível. Elas adquiriram uma nova roupagem ideológica, incorporando práticas de proximidade com o trabalhador, através de ferramentas como o *briefing*, a cultura do *feedback*, a gestão por objetivos e o uso de algoritmos e aplicativos para otimizar a produtividade e o engajamento dos trabalhadores na empresa, e.g., o questionário de felicidade. Os estilos de vida e os modelos de trabalhador são cada vez mais influenciados pela lógica do desempenho eficiente e da performance engajada, produtiva. Todas essas estratégias de organização do trabalho que surgiram na transição do fordismo para o modelo flexível se espalharam pela sociedade contemporânea.

## **2. O Programa de Desregulação e Flexibilização Neoliberal e suas Implicações na Classe Trabalhadora – uma formação social precária**

Como constatado nas secções precedentes, desde a crise dos anos de 1970, presenciamos a redução dos direitos trabalhistas e da seguridade social dos países dependentes dos acordos de Bretton Woods e, conseqüentemente, regulados pelas diretrizes ultraliberais do FMI, do Banco Mundial e da OMC. Nesse contexto, através de pressões das corporações do capitalismo multinacional, verificamos a aplicação dos programas de desregulamentação neoliberal na maior parte das economias mundiais. Essas economias sofreram um movimento de desregulação e flexibilização dos processos de trabalho, de privatizações e desinstitucionalização dos mecanismos de proteção social e de regulação macroeconómica do Estado Nacional, aumentando o nível de dependência económica nos países da periferia (Brasil) e semiperiferia (Portugal) global. Essa transformação gerou um cenário de incerteza e estagnação económica, desindustrialização, desemprego estruturante, baixa

produtividade e generalização da precarização dos vínculos e condições de trabalho - significando a generalização de condições degradantes de vida e trabalho para uma parcela significativa das populações, mesmo quando empregadas (Antunes, 2018). O desemprego estrutural coloca a precariedade como padrão de organização do mundo do trabalho.

Notamos também que a cultura do capitalismo multinacional surge como o vetor das experiências de precariedade e desvalorização do trabalho vivo, exercendo uma pressão modeladora nas práticas e representações das populações dominadas pela globalização financeira.

Com esse arcabouço sócio-histórico conseguimos dialogar com as principais formulações sociológicas sobre a cristalização da precariedade e a formação do precariado global, possibilitando a compreensão das práticas locais desse grupo da classe trabalhadora.

Nossa definição de precariado segue a de Braga (2012, 2016), concluindo que o aumento do precariado global segue o crescimento de violência e espoliação dos processos sociais, exercendo a função de intensificar a exploração do trabalho e exponenciar os lucros do grande capital. Nesse sentido, o processo de desvalorização do trabalho vivo aparece como inerente às necessidades de acumulação (primitiva) do modo de produção capitalista, sendo a fase flexível multinacional caracterizada pela generalização e a intensificação da precariedade nas relações de trabalho e no mundo da vida.

Em contraposição às teorias de Castel (1998, 2009) e Standing (2014) que colocam a precariedade como um fenômeno exterior à condição salarial, defendemos que a precariedade não se limita a relação salarial, mas dada a homologia dos espaços sociais, modela os modos de vida e de trabalho das populações no capitalismo avançado, sendo parte essencial do processo de mercantilização do trabalho, da produção e reprodução dum sistema fundado na desigualdade, na divisão do trabalho e configurado pela anarquia da produção (Braga, 2012).

A visão de Braga (2012, p. 19) permite-nos “localizar o precariado no coração do próprio modo de produção capitalista”, ou seja, no âmago da lógica de acumulação primitiva do capital, onde o trabalho é a principal fonte geradora de lucro, sendo necessária a sua desvalorização para legalizar e intensificar a exploração, e não apenas como um subproduto da crise do modelo fordista, ressaltando, assim, a dimensão histórica e relacional do precariado como uma fração da classe trabalhadora - colocando o próprio modo de produção fordista e a formação do Estado de bem-estar social como parte desse processo histórico de conflitos entre o capital e o trabalho.

Agora, avançamos em direção a uma definição mais precisa do precariado: uma população de trabalhadores nas margens, sujeita a todo o tipo de trabalho, domesticada pela insegurança e pela necessidade, desamparada por leis trabalhistas flexíveis e por uma proteção social quase inexistente, com salários baixos e longas jornadas de trabalho árduo e intenso. O trabalhador precariado é moldado como a peça-chave na manutenção de uma estrutura produtiva extrativista, quase primitiva, que não visa ao desenvolvimento económico nem à dignidade daqueles que trabalham, mas busca apenas o lucro a curto prazo para o enriquecimento das minorias que organizam o trabalho e se beneficiam da especulação financeira (o império do antivalor).

Consideramos o precariado global como sujeito na história, como uma fração da classe trabalhadora com a sua formação num dado tempo histórico e com determinadas relações sociais, reconhecendo que, mesmo em sua novidade de modernização flexível (para muitos autores como Ricardo Antunes ou mesmo Renato Miguel do Carmo, a flexibilização nada mais é do que um eufemismo para precarização estrutural do trabalho e do mundo da vida) podem persistir elementos arcaicos e primitivos de velhos modos de produção. Nesse sentido, seguimos a tradição de Therborn (2008), entendendo que as classes são portadoras das forças e relações de produção, construções dinâmicas que emergem das interações entre capital e trabalho. Isso implica que as relações sociais e as estruturas de classes são moldadas pelo contexto histórico, cultural, político e económico.

Dessa forma, evitamos a tentação de isolar o precariado da classe trabalhadora, mesmo diante da erosão salarial. Em vez disso, participamos do despertar sociológico que busca compreender as transformações da classe trabalhadora no desenvolvimento histórico, a partir de uma abordagem teórica empírica. Atentos ao desenvolvimento da classe trabalhadora, à expansão da fração precarizada, à sua formação diante de uma série de relações sociais, práticas cotidianas e contextos sócio-históricos. Portanto, estamos empenhados em compreender as dinâmicas que levaram à construção dessa nova fração de classe e como as relações de trabalho (as práticas e experiências no mundo do trabalho) se desenvolvem em meio à generalização da precariedade.

## **Considerações Finais**

Na primeira parte deste artigo, conseguimos desmistificar a face humanizada do fordismo, revelando a natureza disciplinar e os altos níveis de intensificação

da jornada de trabalho na verticalização da linha de montagem, bem como o prelúdio do domínio da empresa sobre todos os aspetos da vida dos trabalhadores e suas comunidades. Demonstramos que o fordismo era uma sociedade disciplinar que exercia uma forte dominação e coisificação sobre os trabalhadores. Contendo o germe de uma sociedade burocratizada, dominada pela loucura da razão económica (Harvey, 2019). Este fenómeno, como discutido por Adorno e Horkheimer (1985), ilustra vividamente a instrumentalização da razão, onde os princípios racionais são empregues como ferramentas de controle e exploração.

Notamos, também, que a transição do fordismo para o modelo flexível marcou a ascensão do capitalismo avançado multinacional, com a cultura pós-moderna como sua expressão mais proeminente. Com base nas análises de Harvey (1992) e Jameson (1991), concluímos que a cultura pós-moderna promove a individualização em massa, transformando as pessoas em consumidores dedicados à busca incessante de estilos de vida comerciais. Isso torna-as semelhantes à massa, mas cada vez mais competitivas e isoladas umas das outras. A cultura neoliberal e do empreendedorismo desenvolvem-se nesse fenómeno, controlando e desvalorizando o trabalho humano num ambiente de trabalho flexível. Isso resulta numa disciplina inovadora baseada no individualismo competitivo, criando uma realidade fragmentada que obscurece o valor do trabalho e promove uma individualidade focada no presente, desprovida de passado e futuro.

Consequentemente, concluímos que a cultura pós-moderna e as estratégias de sujeição da racionalidade neoliberal (Dardot e Laval, 2016) desempenham um papel fundamental na construção de uma ordem social precária. No auge do capitalismo avançado, emergem a insegurança, a instabilidade, a aceleração e a precariedade no trabalho e nos modos de vida, juntamente com a violência e a depressão. Os mecanismos da barbárie se tornam generalizados, impulsionando a destruição criativa de um sistema perdido na sua própria lógica.

Concluímos também que a ascensão do neoliberalismo impulsionou a generalização da precariedade nas sociedades, resultado de um longo processo de desvalorização do trabalho humano. As suas consequências incluem insegurança contratual, desregulação da jornada de trabalho, queda nominal dos salários, diminuição das políticas sociais, seguro-desemprego e seguro de saúde e todo processo de privatização e desinstitucionalização.

Com esse arsenal teórico-histórico, alcançamos uma melhor definição dos impactos das políticas de desregulamentação neoliberal, da generalização

da precariedade e da formação do precariado. Por meio de uma abordagem que considera as classes sociais como produtos de transformações e relações num dado contexto sócio-histórico. Nesse sentido, a precariedade deve ser entendida a partir das experiências concretas, relacionais, dos indivíduos com o tempo, o espaço e os outros, que sofrem os impactos da desvalorização do trabalho e das políticas neoliberais de desregulamentação e flexibilização.

Portanto, a nossa abordagem destaca a necessidade de compreender as dimensões sócio-históricas da precariedade num cenário de dominação cultural do capitalismo multinacional e das estratégias de dominação, exploração e desvalorização do trabalho no contexto da transição para o modelo flexível de produção, na era da globalização financeira. Isso destaca a importância de estudos locais sobre as práticas cotidianas e as experiências da classe trabalhadora numa formação social precária.

Em última análise, enfatizamos a urgência de colocar a categoria trabalho no centro da vida humana e de criar mecanismos de revalorização. Isso implica reconhecer o valor e a dignidade de todas as frações da classe trabalhadora, colocando a força de trabalho no centro do desenvolvimento social. Em outras palavras, precisamos de trabalhar para desmercadorizar as relações sociais e garantir que o trabalho humano seja reconhecido como a força motriz por trás dos avanços sociais, económicos e tecnológicos.

## Siglas

- BIRD - O Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
- OIC – Organização Internacional do Comércio
- OMC - Organização Mundial do Comércio
- FMI - Fundo Monetário Internacional
- EUA – Estados Unidos da América

## Referências

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max – *Dialética do Esclarecimento. Fragmentos filosóficos*. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985. 224 p. ISBN 9788571104143.
- ANTUNES, Ricardo - *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. 2.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 328 p. ISBN: 9788575597545.
- CARMO, Renato Miguel do; BARATA, André – Teoria social da austeridade: para uma crítica do processo de precarização. *Revista do Serviço Público* [Em linha]. 68:2 (2017). [Consult. 22 Nov. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.21874/rsp>.

[v68i2.1382](#). ISSN 2357-8017.

CARMO, Renato Miguel do - O mercado de trabalho como fabricante de desigualdades. *Mundo Crítico. Revista de Desenvolvimento e Cooperação. Saber e Circunstâncias* [Em linha]. 5 (2020) 104-117. [Consult. 27 Abr. 2024]. ISSN 2184-1926.

BERTOLINO, Osvaldo - A precarização do fordismo e o trabalhador como “parafuso mudo” [Em linha]. São Paulo: *Portal Grabois – Espaço de pensamento marxista e progressista*, 2023. atual./rev. 13 out 2023. [Consult. 27 out 2023]. Disponível em: <https://grabois.org.br/2023/10/13/a-precariacao-do-fordismo-e-o-trabalhador-como-parafuso-mudo>.

BEAUD, Stéphane; PIALOUX, Michel – *Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França*. São Paulo: Boitempo, 2009. 331 p. ISBN: 9788575591390.

BOURDIEU, Pierre – *Contrafogos. Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. 152 p. ISBN 9788571104761.

BRAGA, Ruy – *A Política do Precariado. Do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012. 264 p. 1.ª ed. ISBN 9788575592984.

BRAGA, Ruy – *A Rebelião do Precariado, trabalho e Neoliberalismo no Sul Global*. 1.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 269 p. ISBN 9788575595725.

CASTEL, Robert – *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. 12.ª ed. Petrópolis : Vozes, 1998. 616 p. ISBN 9788532619541.

CASTEL, Robert – *La Montée des Incertitudes. Travail, protections, statut de l'individu*. Paris: Seuil, 2009. 464 p. ISBN 9782020510424.

COSTA, Hermes Augusto – A flexigurança em Portugal: Desafios e dilemas da sua aplicação. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Em linha]. 86 (2009) 123-144. [Consult. 27 Out. 2023]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.249>. ISSN [2182-7435](#).

DARDOT, Pierre, LAVAL, Christian – *A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016. 416 p. ISBN: 9788575594841.

DOWBOR, Ladislau – *A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?* 2.ª ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2017. 313 p. ISBN 9788569536116.

ESTANQUE, Elísio et al. - Digitalização e precariedade laboral: novos desafios para o sindicalismo e os movimentos sociais no contexto português. *Século XXI – Revista de Ciências Sociais* [Em linha]. 8:2 (2018), 589-621. [Consult. 16 abr. 2024]. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2236672536155>

- GRAMSCI, Antonio – *Cadernos do cárcere – Volume 4*. 1.ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. 396 p. ISBN 9788520013427.
- HARVEY, David – *Condição Pós-Moderna. Uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. 1.ª ed. São Paulo: Loyola, 1992. 352 p. ISBN 9788515006793.
- HARVEY, David – *A Loucura da Razão Econômica: Marx e o Capital no Século XXI*. 1.ª ed. São Paulo: Boitempo, 2019. 224 p. ISBN 9788575596432.
- JAMESON, Frederic – *Postmodernism, or, The Cultural Logic of Late Capitalism*. 1.ª ed. Durham: Duke University Press, 1991. 438 p. ISBN 9780822310907.
- LOPES, João Teixeira; LOUÇÃ, Francisco; FERRO, Lúcia - *As Classes Populares. A produção e a reprodução da desigualdade em Portugal*. Lisboa: Bertrand (2017). 344 p. ISBN: 9789722532716.
- MANDEL, Ernest – *Late Capitalism*. 1.ª ed. Londres: Verso, 1975. 618 p. ISBN 9781859842027.
- PIKETTY, Thomas – *Capital e Ideologia*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2020. 1224 p. ISBN: 9789896446154.
- POLANYI, Karl – *A grande transformação. As origens políticas e económicas de nosso tempo*. 1.ª ed. Lisboa: Edições 70, 2012. ISBN 9789724417592.
- RODRIGUES, João – *O Neoliberalismo não é um Slogan: Uma história de ideias poderosas*. 1.ª ed. Lisboa: Tinta da China, 2022. 389 p. ISBN 9789896716783.
- SENNETT, Richard – *A corrosão do carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 16.ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015. 215 p. ISBN 9788501054616.
- STANDING, Guy – *O precariado. A nova classe perigosa*. 1.ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. 283 p. ISBN 9788582172452.
- STREECK, Wolfgang - *Tempo Comprado. A crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018. 240 p. ISBN: 9788575596456.
- THERBORN, Göran - *Ciencia, clase y sociedad Sobre la formación de la sociología y del materialismo histórico*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1976. 474 p. ISBN 978-84-323-0378-4.
- THERBORN, Göran – *What does the ruling class do when it rules? State apparatuses and State power under Feudalism, Capitalism and Socialism*. 2.ª ed. Londres: Verso, 2008. 288 p. ISBN 9781786630100.
- THOMPSON, Edward P. - *A formação da classe operária inglesa I. A árvore da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. 204 p. ISBN 978-8577531424.

- Receção: 27.10.2023

- Aprovação: 28.04.2024

